

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022
(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Estabelece contrapartida obrigatória à concessão de bolsas e auxílios do Governo Federal à formação profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a contrapartida mínima obrigatória para a concessão de quaisquer bolsas e auxílios fornecidas pelo Governo Federal do Brasil à formação profissional.

Art. 2º O beneficiário de bolsa ou de qualquer auxílio fornecido pelo Governo Federal do Brasil deverão ter como contrapartida mínima, a obrigatoriedade de permanência no Brasil e a prestação de seus serviços à empresa Brasileira ou ao Estado Brasileiro, por tempo igual àquele da bolsa ou por prestação de serviço de igual valor ao do benefício recebido.

Art. 3º A inobservância da regra acima importará na obrigação de o beneficiário proceder com o ressarcimento aos cofres públicos de todos os valores recebidos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há tempos o Brasil vem sofrendo com a perda de seus talentos para outros países, em especial, em razão da desvalorização de nossa moeda frente ao Dólar, ao Euro e à outras moedas.

Jovens com grande currículo estão deixando o país em busca de melhores remunerações, e outros muitos estão no Brasil, mas, prestando serviços a empresas estrangeiras.

Todos esses fatos são naturais e decorrem da regra de mercado.



Entretanto, muitos brasileiros são capacitados por meio de investimento de dinheiro público, mediante intercâmbios, concessão de bolsas, bem como, de outros benefícios que lhes conceda meios para ampliarem o conhecimento, não sendo justo com o nosso País que, estes, logo após a obtenção de melhor capacitação, não prestem nenhuma contraprestação.

De modo objetivo, é razoável que se fixe uma obrigação mínima de contraprestação devida pelo beneficiário em favor do Estado que lhe ofertou meios para a obtenção daquela capacidade.

Nesse sentido, apresentamos este projeto, que certamente será objeto de aprofundado debate, sendo então aprimorado, para ao final, garantir ao nosso Brasil o ressarcimento do investimento feito pelo país na formação do beneficiário.

Dada a relevância temática, submeto esta proposição aos ilustres pares, rogando o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PODE/GO)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Nelto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227493484600>

